



LEI N. 6.974 DE 22 DE MAIO DE 2024

“AUTORIZA A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA OS FINS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, **JULIANA MACIEL HOPPE**, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar em caráter emergencial, para atender à excepcional necessidade temporária e por total interesse do serviço público, 01 (um) Advogado Municipal, conforme o art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, e, no que couber, a Lei Municipal n. 5.528, de 25 de março de 2015.

§ 1º. A função pública prevista no *caput* deste artigo terá carga horária semanal de 20 (vinte) horas e salário mensal de R\$ 3.551,73 (três mil, quinhentos e cinquenta e um reais e setenta e três centavos).

§ 2º. O candidato ao preenchimento da vaga prevista nesta Lei será selecionado por Processo Seletivo Simplificado.

§ 3º. No momento da contratação, o candidato deverá comprovar sua inscrição perante a Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Santa Catarina, experiência na área jurídica de pelo menos (01) um ano, e demais requisitos previstos em edital.

§ 4º. As atribuições e demais condições de trabalho a serem observadas pelo contrato são as estabelecidas para o servidor ocupante do cargo efetivo de Advogado Municipal, estabelecidas na Lei Municipal n. 5.788, de 23 de fevereiro de 2016.

Art. 2º. O prazo de vigência do contrato objeto da presente Lei será de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, podendo ser renovado por igual período.

Art. 3º. As despesas decorrentes desta Lei correrão a conta de dotação orçamentária específica.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 22 de maio de 2024.

JULIANA MACIEL HOPPE

Prefeita

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC)

